
A REVISTA DO ENSINO E OS OBJETIVOS DA GEOMETRIA E DO DESENHO NA FORMAÇÃO DE NORMALISTAS BRASILEIRAS?

Maria Cristina Araújo de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora
mcrisoliveira6@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta alguns resultados parciais da pesquisa que intenciona compreender os objetivos do ensino de geometria e desenho na formação de normalistas no Brasil e na França no período de 1890 a 1970. Os resultados parciais aqui discutidos mostram a estabilização da geometria plana e espacial, compreendendo o estudo das propriedades das figuras geométricas bi e tridimensionais a partir da difusão do modelo dos grupos escolares no Brasil, que colocou em evidência as Escolas Normais como espaços institucionais de formação dos professores primários. O desenho exerce função de destaque no âmbito da aplicação do método de ensino intuitivo, sendo utilizado como recurso didático. Mesmo com as mudanças ocorridas a partir da vaga *escolanovista*, o desenho permanece como disciplina chave na proposição dos novos métodos: recurso frequentemente mobilizado para a construção de centros de interesse é justificado também por sua importância no desenvolvimento dos órgãos sensoriais das crianças.

Palavras-chave: normalistas, geometria, desenho.

Introdução

O artigo apresenta algumas possibilidades de responder às questões que emergiram no percurso de pesquisa com os textos oficiais no sentido de compreender a que objetivos atendem a inclusão da geometria e do desenho na formação dos professores primários no Brasil e na França no período de 1890 a 1970. Trata-se de um projeto de pós-doutoramento e aqui serão apresentados os primeiros resultados relativos ao panorama do ensino das duas disciplinas na formação das normalistas brasileiras até a década de 1930. As primeiras conclusões a partir do levantamento realizado junto aos textos oficiais¹ de diferentes estados brasileiros não são definitivas e deixam muitas perguntas em aberto, para serem aprofundadas e mais intensamente investigadas. As revistas pedagógicas, por sua vez, como fontes de pesquisa permitem ler as *apropriações* e recomendações endereçadas mais explicitamente aos professores, criando assim novas possibilidades de identificar os objetivos reais, ou nos dizeres de Julia (2001), as finalidades reais de uma disciplina ou saber. Para esse autor o exame da legislação não é suficiente: “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas”. (JULIA, 2001, p. 19). As revistas pedagógicas embora não sejam necessariamente registros das práticas ocupam um espaço intermediário entre as normativas e as práticas reais.

¹ Disponíveis no repositório cujo acesso é possível em <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98967>

A busca de um elemento de comparação para análise da geometria e do desenho como disciplinas do Curso Normal no Brasil da Primeira República

O subtítulo desta seção retoma a problemática maior com uma delimitação temporal correspondente ao período da Primeira República no Brasil. Mas uma questão metodológica emerge mesmo sob esse recorte: como analisar os textos oficiais dos diferentes estados brasileiros?

O período da Primeira República no Brasil foi importante na definição de um modelo para a formação dos professores primários. Apesar de haver um movimento em prol da responsabilidade do Governo Federal pela criação e manutenção de escolas normais, a proposta não se concretizou neste período. Os diferentes Estados da Federação organizaram seus sistemas, “ao sabor de seus reformadores.” (TANURI, 2000, p. 68).

Assim, fez-se necessário estabelecer um elemento que permitisse comparar as orientações oficiais nos diferentes estados. A autonomia legislativa dos estados brasileiros foi vista como um dos principais problemas identificados por José Veríssimo, “intelectual ativo no campo educacional” no início do século XX (SCHUELER & MAGALDI, 2009, p. 41), para a estruturação da instrução pública nas primeiras décadas da República.

A implantação do modelo dos grupos escolares, a partir de 1893, em diferentes Estados do Brasil surge então como uma possibilidade de análise comparativa na medida em que permite observar a circulação de ideias, de práticas e de materiais, levando a compreensões que ultrapassam explicações meramente locais. A análise comparativa intenta produzir uma história conectada que faça emergir modos de interação em níveis micro, supra – regional, macro. (DOUKI et MINARD, 2007, p.20).

O modelo dos grupos escolares é difundido pelo Brasil

A reforma educacional paulista de 1893, que implementa a forma educacional seriada e graduada, e que conferiu à escola o lugar institucionalizado e legítimo de educação no Brasil, colocava em evidência a necessidade de preparação dos professores visando a implantação de novas propostas para o ensino primário. A Escola – Modelo, espaço de observação das práticas escolares que deveriam ser apropriadas pelos futuros professores e replicadas nas demais escolas primárias, juntamente com a Escola Normal, constitui um conjunto arquitetônico onde a reforma iria se materializar. O modelo dos grupos escolares, que se apoiava no princípio da seriação, conferia destaque aos métodos pedagógicos, especialmente ao método intuitivo.

Segundo VIDAL (2006), os grupos escolares consolidaram no país a representação do ideal da escola pública elementar. O modelo paulista foi implantado em outros estados brasileiros em diferentes momentos da Primeira República: Paraná, em 1903; Minas Gerais, em 1906; Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina, em 1908; Mato Grosso, em 1910; Sergipe, em 1911; Paraíba em 1916, Goiás, 1921 e Piauí, em 1922.

Cabe ressaltar que “é preciso compreender, por exemplo, as especificidades de processos conduzidos em estados como Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande no Norte, entre outros, que implantaram os grupos escolares independentemente da participação dos paulistas” (IDEM, p. 44)

Que geometria e qual desenho figuram na formação de normalistas brasileiros entre 1890 e 1930?2

O modelo das Escolas Normais se fixou no Brasil a partir de 1890, tomando como referência em nível nacional a reforma da instrução pública proposta no Estado de São Paulo. Segundo Saviani

A reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja marca característica foi a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal – na verdade a principal inovação da reforma. (SAVIANI, 2009, p.145)

O Decreto 218³ de 1893, que apresenta o programa de ensino das Escolas Normais paulistas, introduziu novas matérias – Francês; Inglês; Latim; Astronomia elementar; Economia doméstica; Trabalhos manuais; História natural (visando suas principais aplicações à agricultura); Generalidades de Anatomia e Psicologia, e noções de higiene. Em lugar das rubricas de Aritmética, Álgebra e Geometria constava Matemática elementar, compreendendo elementos de mecânica e noções de agrimensura.

As matérias divididas em cadeiras explicitam os domínios da Matemática contemplados sob essa rubrica, e são duas: Aritmética e Álgebra; Geometria e Trigonometria (com aplicações à agrimensura). Desenho e Caligrafia era uma cadeira independente.

Os cursos secundários das escolas normais paulistas passam então a ter quatro anos de duração e os saberes de matemática continuam restritos aos dois primeiros anos: aritmética, álgebra, geometria, desenho e trabalhos manuais no primeiro ano; complemento de geometria, trigonometria, desenho no segundo.

² Esse tópico refere-se ao artigo de minha autoria *Geometria e Desenho como matérias do Curso Normal no período da Primeira República no Brasil*, Revista Interfaces Científicas 2015, no prelo.

³ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99730>

A normatização que trará para o estado de Minas Gerais o modelo dos grupos escolares é de 1906. O Decreto nº 1.960⁴ de 16 de dezembro regulamentou a instrução primária e normal no estado de Minas Gerais. As matérias que comporiam o currículo eram: português e francês; aritmética e geometria; geografia, história e educação moral e cívica; noções gerais de física, química, história natural e higiene; aritmética comercial e escrituração mercantil; desenho linear e a mão livre; música. (MINAS GERAIS, 1906, p. 30).

O curso de três anos previa: geometria no segundo ano e desenho nos três anos. Quanto ao método de ensino na escola normal a intuição era estimulada contrapondo-se à mecanização ou memorização

[...] não será permitido processo que anime o trabalho machinal e substitua a reflexão por um esforço de memória. Assim o ensino deverá ser feito intuitivamente, por meio de cousas, em todas as matérias em que se puder aplicar este processo e principalmente no que diz respeito ao ensino pratico de que trata o artigo 114 (MINAS GERAIS, 1906, p.31).

Em 1910, uma nova regulamentação ampliara o curso normal em Minas Gerais para 4 anos, estando a Matemática presente nos 3 primeiros. A geometria seria ministrada no segundo e no terceiro anos, enquanto o desenho linear, nos 3 primeiros.

No estado do Espírito Santo o Decreto n. 97⁵ publicado no jornal Diário da Manhã, em 29 de março de 1908, dava novo regulamento à Escola Normal Espírito – Santense. O curso de 3 anos de duração deveria ter uma feição essencialmente prática, contemplando três grupos de disciplinas: línguas – português e francês; ciências – aritmética, geografia, história natural, física e química, história do Brasil e pedagogia; artes – desenho, trabalhos de agulhas e prendas. O desenho era ministrado nos dois primeiros anos do curso com 3 aulas semanais, a geometria não era contemplada.

Mas pelo Decreto n. 109⁶, publicado no Diário da Manhã em 08 de julho de 1908, que regulamentava a Escola Normal e Modelo anexa do Estado do Espírito Santo aos moldes da instituição paulista, a geometria reaparece. Para o curso, também com 3 anos de duração, previa-se mais uma língua, o inglês, e, em lugar da aritmética, simplesmente constava as matemáticas abrangendo a aritmética, a álgebra e a geometria. A cadeira de desenho e caligrafia integrava a parte das aulas complementares do curso.

Tanto para os rapazes quanto para as moças estavam previstas 3 aulas semanais de aritmética e álgebra, no primeiro ano, 3 aulas semanais de álgebra e geometria, no segundo

⁴ Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121823>>

⁵ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122509>

⁶ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122510>

ano, e 2 aulas semanais de desenho e caligrafia, nos dois primeiros anos do curso. Cabe destacar certa ênfase na álgebra, presente nos dois primeiros anos.

No mesmo ano o Decreto n. 114⁷, de 08 de julho, dispunha sobre o programa de ensino do curso normal. Para a geometria previa-se um vasto conteúdo, que contemplava o estudo dos triângulos com propriedades, casos de igualdade, semelhança e construções; determinação de áreas de triângulos, retângulos, paralelogramos e polígonos; estudo da circunferência e dos ângulos central, inscrito e excêntrico; inscrição de polígonos na circunferência; volume de prismas; decomposição do cubo em 6 pirâmides iguais; volume de pirâmide; decomposição do prisma triangular em 3 pirâmides; estudo das retas e planos perpendiculares, dos planos paralelos e dos planos perpendiculares; ângulos diedros e triedros; área e volume da esfera; comparação da área da esfera com a do cilindro circunscrito; triângulos esféricos; noções de elipse, hipérbole, parábola e cicloide.

Pelos programas do estado do Espírito Santo começa a se delinear a geometria que será estabilizada na formação dos normalistas no Brasil, ao que tudo indica, a partir da implantação da reforma dos grupos escolares.

O programa paranaense de 1915, contido no Decreto n. 710⁸ de 18 de outubro regulamentava o curso da Escola Normal em quatro anos. No que concerne a geometria e ao desenho, contemplava desenho linear, no primeiro ano, desenho e geometria plana, no segundo, desenho e geometria no espaço, no terceiro.

Os programas de ensino a serem elaborados pelos professores deveriam observar as seguintes regras: o ensino de geometria atenderia à natureza especial do curso da Escola Normal, limitando a matéria às teorias essenciais, completadas com noções de trigonometria retilínea, tudo com exercícios práticos constantes.

O ensino do desenho linear no primeiro ano deveria consistir de exercícios para educar a vista e adestrar a mão, e da resolução de questões ou problemas de utilidade prática. No segundo ano seriam trabalhadas aplicações ornamentais e industriais do desenho linear, em ensaios topográficos, com aplicação da escala métrica, em ensaios cartográficos com aplicação das medidas e convenções geográficas. No terceiro ano se exercitaria o desenho objetivo e anatômico, copiado de modelos plásticos ou do natural.

Em Sergipe, no contexto da circulação do modelo dos grupos escolares, o Decreto 563⁹, de 12 de agosto de 1911, instituiu que haveria, anexos à Escola Normal, um grupo escolar e uma escola isolada para a prática dos normalistas. O curso normal passa a ser de

⁷ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122513>

⁸ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99744>

⁹ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125348>

4 anos; a geometria consta como matéria e o desenho estava proposto em todos os anos do curso.

O Decreto 587¹⁰, de 09 de janeiro de 1915, dispunha sobre as matérias do curso normal. O desenho, presente nos 4 anos do curso, abarcava o ensino de geometria no primeiro ano sob a rubrica – desenho linear, noções práticas de geometria plana. No segundo ano previa-se desenho linear prático e de perspectiva; no terceiro desenho de perspectiva e cartografia e no último ano desenho cartográfico.

Em 1916, pelos Decretos 630¹¹ e 633¹² ficava regulamentada a presença da geometria plana no terceiro ano do curso normal, e da geometria no espaço no 4º ano. Nas recomendações para a elaboração dos programas indica-se que as lições de matemáticas fossem exclusivamente práticas. A geometria não deveria ir além de conhecimentos de figuras planas e noções de figuras no espaço, e da medida de volume das figuras mais comuns na vida. O desenho estava previsto para os 4 anos de curso.

Em termos de síntese sobre a geometria e o desenho propostos pela na legislação brasileira como resultado da estruturação do ensino nas escolas normais a partir do modelo dos grupos escolares, observa-se que a geometria que vai se estabilizar nos cursos normais brasileiros no período da Primeira República, em termos de conteúdos programáticos, é a geometria euclidiana plana e espacial: estudo do triângulo – áreas, construções; estudo de polígonos e circunferências – ângulos, áreas; estudo de sólidos e de volumes – prismas, pirâmides, cilindros, esferas.

O desenho linear parece ser o modelo que vai predominar, ocupando um papel de destaque na formação e participando como matéria de praticamente todos os anos do curso normal. O desenho desempenha uma função prática relevante de *educar a vista e adestrar a mão* - em muitos casos o desenho vem junto à caligrafia como disciplina.

É possível perceber que a preocupação com o cunho profissional da formação dos normalistas vai se intensificando a partir da década de 1910, quando vão começar a surgir disciplinas de metodologias específicas em diferentes estados.

De um modo geral, há sempre recomendações para que a matemática, e em particular a geometria, sejam tratadas de modo a respeitar a especificidade do curso de formação de professores primários. Tais indicações metodológicas podem ser vistas em prescrições como: estudo das figuras mais comuns na vida; lições de matemáticas exclusivamente práticas; limitar a matéria às teorias essenciais; exercícios práticos constantes.

¹⁰ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104706>

¹¹ Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104705>

¹² Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104703>

Faz necessário, contudo um aprofundamento da investigação sobre as práticas relacionadas ao ensino de geometria e de desenho nos cursos normais brasileiros de modo a ampliar a compreensão do papel desempenhado por tais saberes nesta formação.

A Revista do Ensino como fonte para melhor compreensão dos papéis da geometria e do desenho na formação de normalistas

A *Revista do Ensino* foi uma publicação oficial da Inspeção Geral da Instrução do Estado de Minas Gerais. Foi criada em 1892, mas desativada após a publicação de apenas três números. Foi relançada em março de 1925, sendo interrompida entre os anos de 1940-1946 devido à Segunda Guerra Mundial, voltando a circular até 1971. (BICCAS, 2008)

Segundo Biccass (2008) a *Revista do Ensino* pode ser considerada “como um dispositivo de normatização pedagógica e de ampliação da cultura educacional dos professores” (BICCAS, 2008, p. 197). No início da década de 1930 a *Revista* foi um importante veículo de divulgação e discussão sobre as propostas e a implementação de novas práticas a partir da influência do movimento *escolanovista*.

Para Pierre Caspard (1981) a imprensa pedagógica constitui um elo indispensável no conhecimento do sistema de ensino, “já que ela representa, por vezes, o espaço onde se desdobra e o ponto no qual se concentra todo um conjunto de teorias e práticas educativas de origem tanto oficial quanto privada.” (Caspard, apud CATANI & VILHENA, 1994, p. 178).

O estudo dos periódicos educacionais fornece farto material sobre as práticas escolares do ensino de disciplinas, criando-se assim “a possibilidade de se estabelecer um dos elos da história das práticas e das disciplinas escolares.” (CATANI & VILHENA, 1994, p. 178)

O exame de alguns exemplares da *Revista do Ensino* publicada entre as décadas de 1920 e 1930 permite melhor compreender os papéis da geometria plana e espacial e do desenho propostos às normalistas.

Mesmo sob a influência das propostas da *Escola Nova* que foram fortemente defendidas e veiculadas nessa publicação mineira, o método intuitivo e as lições de coisas mantiveram-se como modelos para o ensino ativo.

Na Revista número 26 de outubro de 1928¹³, cujo artigo inicial apresenta as propostas para uma *nova escola* em Minas Gerais a partir do movimento *escolanovista*, um de seus artigos discute o que são os cadernos de preparação das lições. Trazendo a experiência francesa como referência há exemplos de como preparar a aula. Um dos

¹³ Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128247>

exemplos é de uma aula de geometria para ensinar o que são os quadriláteros: quadrado, retângulo, paralelogramo, losango e trapézio.

A aula começa com a recomendação de que sejam mostrados aos alunos diferentes tipos de quadriláteros. Após a observação, recomenda-se ao professor escolher dois deles, por exemplo, um quadrado e um retângulo e “comparal-os, de modo que a definição de cada um seja dada por um dos alunos”. (Revista do Ensino Ano III nº 26 – out., 1928, MG, p. 24) A seguir sob a forma de perguntas e respostas é exemplificado um roteiro onde as questões formuladas pelo professor são em seguida respondidas pelos alunos.

P. – (Mostrando o quadrado e o retângulo) – O que são estas duas figuras, Julia?

A. – Essas duas figuras são quadriláteros, porque têm quatro lados. (Revista do Ensino Ano III nº 26 – out., MG, 1928, p. 24)

E o diálogo assim segue de modo a mostrar que seria possível dessa forma que os alunos definissem cada um dos quadriláteros segundo propriedades. Cabe salientar que não há preocupação no artigo de questionar se um quadrado é também um retângulo. A definição de retângulo desejada é de um quadrilátero com dois lados iguais e dois ângulos retos.

Nesse volume da *Revista* a experiência do Curso de Aperfeiçoamento para professores primários mineiros¹⁴ é apresentada por meio de três relatórios de participantes do curso.

A cientificidade da educação pode ser vista nas diferentes conferências que as professoras deveriam participar sobre assuntos relativos ao funcionamento do corpo humano como: sistema nervoso, aparelho auditivo, as práticas de ensino, as diferentes disciplinas, etc. O professor Firmino Costa proferia palestras sobre a Prática Escolar, explicando os meios como executar as diferentes disciplinas.

Um dos responsáveis pelas conferências de Matemática era o professor Alberto Alvares. Os relatórios tecem considerações sobre a sua conferência pedagógica sobre cálculo aritmético que tratou dos conteúdos: comparação das grandezas; exercícios sensoriais, visuais e auditivos; noção intuitiva dos números, métodos aplicados para a representação das quantidades.

O Curso de Aperfeiçoamento incluía a observação por parte das professoras/alunas do que foi chamado *Classes Decroly*. Segundo Maciel 2000,

A influência do pensamento *decrolyano*, entre os mineiros, pode ser comprovada no elevado número de artigos publicados na *Revista do Ensino* referenciando ao grande mestre. Entre os anos 20 e 40, a

¹⁴ Sobre maiores detalhes sobre esse curso consultar OLIVEIRA, M. C. A. . A geometria na formação de normalistas em tempos de escola nova: apropriações mineiras na década de 1930. **Revista da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 01, p. 04-14, 2014.

revista publicou intensivamente compilação de suas obras *La funcion de globalizacion y la ensenanza e problemas de la psicologia e de pedagogia*. Esses títulos traziam as concepções defendidas por Decroly, pois a criação do método *decroly* não pode ser atribuída ao autor. Os seus discípulos é que procuraram pôr em prática os ensinamentos do mestre. E assim, muitos artigos presentes na revista são de seus seguidores que por sua vez foram se multiplicando entre o professorado mineiro.” (MACIEL 2000, p.151)

O relatório da professora Maria Clara Mendes descreve as atividades por ela realizadas dia por dia, os relatos se iniciam sempre pela realização de um desenho, ou por sua finalização, que será utilizado como centro de interesse na classe *Decroly*. Muitos desses desenhos são de figuras geométricas como cubo ou pirâmides.

A professora descreve a lição de coisas e geometria que deu no grupo escolar Olegário Maciel. O centro de interesse da aula foi o giz. A professora relata os passos na condução da aula cujo aproveitamento dos alunos foi avaliado por *tests* coletivos e resultou em mediana 8. O roteiro proposto:

- a) Mostrar aos alunos o giz.
- b) Confrontar o giz branco ao de outras cores ressaltando a importância dele.
- c) Fazer com que os alunos descubram a forma geométrica do bastão de giz, bem como a da figura que lhe forma a base.
- d) Ensinar praticamente o que um corpo friável, dúctil e maleável e perguntar aos alunos se o giz tem ou não alguma dessas propriedades. Porque?
- e) Mostrar às crianças diversas rochas calcárias, argilosas salinas silicosas, explicando-lhes bem claramente os seus característicos exteriores e fazer que elas descubram a que grupo pertence o giz. Porque? (Revista do Ensino Ano III nº 26 – out., MG, 1928, p. 69)

Na sequência a professora propõe a construção no quadro negro de linhas retas e curvas o que deveria ser repetido pelos alunos em seus cadernos. A composição dessas linhas deveria ser explorada para que se fizessem novos desenhos misturando-as.

Há várias Aulas Modelo na *Revista*, numa delas a professora Aracy Noronha considera a laranja como centro de interesse. Sugere que a aula fosse dada num pomar. O professor deveria a partir da exibição da laranja fazer com que as crianças distinguíssem sua forma e sua cor. Discutiria as utilidades do fruto como órgãos de reprodução dos vegetais e como alimentação dos animais. Seguindo a recomendação do programa de relacionar as diversas disciplinas o que ela propunha para o ensino de geometria era: a partir da observação das formas geométricas de cada fruta, o professor diria que a laranja tem mais ou menos a

forma esférica; o figo a forma cônica; a banana a forma cilíndrica; o abacaxi, a piramidal, e assim por diante. Para o desenho a proposta era que cada aluno desenhasse uma das frutas estudadas. (Revista do Ensino Ano IV, nº 35, julho, MG, 1929¹⁵)

A análise dos artigos da *Revista do Ensino* permite melhor compreender a importância dada ao desenho na formação das normalistas. Um longo artigo publicado em 1931 discute a função do desenho no desenvolvimento integral da criança, defendendo que “o desenho exercita todas as faculdades e educa integralmente a criança”. (Revista do Ensino, Ano VI, nº 64, dez., MG, 1931, p. 22)

Além disso, o desenho é visto como um meio de intuição e na falta de outros materiais prestaria “grande socorro”. No jardim de infância o desenho desempenha um papel de destaque no desenvolvimento dos órgãos sensoriais. O desenho espontâneo será um momento de divertimento e os alunos deveriam ser sempre estimulados pela professora com uma observação: está bonito!

Na exposição do artigo distingue-se a função do desenho segundo as concepções da *Escola Nova*. Antes a geometria era a base do desenho, a partir da *nova* proposta o desenho “é encarado quanto às figuras feitas pelos alunos, o seu trabalho, que lhes vem do próprio engenho.” (Revista do Ensino, Ano VI, nº 64, dez., MG, 1931, p. 24)

Assim o desenho para o curso primário deveria ser dividido em:

- ❖ 1º e 2º ano: desenho espontâneo, desenho do natural e desenho ilustrativo;
- ❖ 3º e 4º ano: desenho de silhuetas, desenho de memória, desenho ilustrativo, desenho por ditado, desenho decorativo.

Esse mesmo texto apresenta a relação e as aplicações do desenho com cada uma das demais disciplinas. Com a geometria diz-se que não é possível ensiná-la sem desenhar, assim antecede o estudo. O desenho também deveria ser utilizado como *test* para medir a inteligência segundo *Florence Goodenough*.

Considerações Finais

A análise dos artigos veiculados pela *Revista do Ensino* em Minas Gerais permitiu avançar na compreensão do papel da geometria e do desenho na formação das normalistas brasileiras. Ao que tudo indica a geometria que se estabiliza no período da primeira República no Brasil é a geometria euclidiana plana e espacial, tratada de maneira prática, ou seja, restringindo-se ao estudo das propriedades das figuras planas e espaciais mais presentes no cotidiano. Os artigos permitiram vislumbrar que o conhecimento das

¹⁵ Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128249>

propriedades deveria ser transmitido aos alunos, já que muitas das Aulas Modelo ou mesmo das propostas de ensino, dos relato de Curso indicam a existência de atividades dessa natureza com as crianças: identificar a forma, reconhecer propriedades.

Já para o desenho, tal análise leva à expandir a compreensão por evidenciar o papel central dessa disciplina na metodologia de ensino a ser aplicada pelas normalistas. O desenho é um saber imprescindível para o bom “funcionamento” do método intuitivo. Da mesma forma integra-se bem às propostas *escolanovistas* na medida em que permite desenvolver os órgãos sensoriais da criança, proporcionar momentos de lazer e de atividade.

Referências

BICCAS, M. S. **O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. 216 p..

CATANI, D. B. ; VILHENA, C. P. S. . A Imprensa Periódica Educacional e as fontes para a História da Cultura Escolar Brasileira. **Revista do IEB** (Instituto de Estudos Brasileiros), São Paulo, v. 37, p. 177-183, 1994.

DOUKI, C. et MINARD, P. Histoire Globale, Histoires Connectées: un changement d'échelle historiographique? **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, n° 54 – 4bis, p. 7-21, 2007.

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 109 de 08 de julho de 1908. **Regulamenta as Escolas Normal e Modelo Anexa do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122510>

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 114 de 08 de julho de 1908. **Aprova o programa das matérias do curso secundário da Escola Normal do Estado do ES**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122513>

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 97 de 29 de março de 1908. **Regulamenta a Escola Normal Espírito-Santense**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122509>

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP. SBHE/Editora Autores Associados. Jan/jun. no. 1, 2001.

MACIEL, F. I. P.. Alfabetização em Minas Gerais: adesão e resistência ao método global. In: Luciano M. de Faria e Ana M. C. Peixoto. (Org.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de MG, 2000, v. , p. 144-161.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960 de 16 de dezembro de 1906. **Regulamento da instrução pública primária de Minas Gerais**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121823>. Acesso 20 ago. 2014.

PARANÁ. Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915. **Organiza a Instrução Pública do Paraná nos diferentes segmentos de ensino**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99744>

XII Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Inspetoria Geral da Instrução. Ano IV – n. 35, de julho, 1929.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Inspetoria Geral da Instrução. Ano III – n. 26, de outubro, 1928.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Inspetoria Geral da Instrução. Ano VI – n. 64, de dezembro, 1931.

SÃO PAULO. Decreto n. 218 de 27 de novembro de 1893. **Regulamenta os programas do ensino da Escola Secundaria e traz a divisão dos cursos das Escolas Normais de São Paulo.** Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99730> Acesso 04 nov. 2014.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr, p. 143 – 155, 2009

SCHUELER, A. F. M. & MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo** – Revista do Departamento de História da UFF, v. 26, p. 32-55, 2009.

SERGIPE. Decreto 563 de 12 de agosto de 1911. **Regimento Interno do Atheneu e Escola Normal.** Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125348>

SERGIPE. Decreto 587 de 09 de janeiro de 1915. **Expede regulamento para o serviço da Instrução Pública do Estado de Sergipe.** Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104706>

SERGIPE. Decreto 630 de 24 de abril de 1916. **Regulamenta a Instrução Pública do Estado.** Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104705>

SERGIPE. Decreto 633 de 17 de junho de 1916. **Dá regulamento ao Atheneu Sergipense - fins do instituto e classificação dos cursos.** Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104703>

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, p. 61 a 88, 2000.

VIDAL, D. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**, Campinas, Mercado das Letras, 2006.